

ECONOMIA

CONTAS PÚBLICAS *Dívida Pública*

Com crescimento econômico e receitas menores, secretário do Tesouro admite que governo pode ser obrigado a fazer novas reduções de gastos

Mais cortes pela frente

RICARDO ALLAN

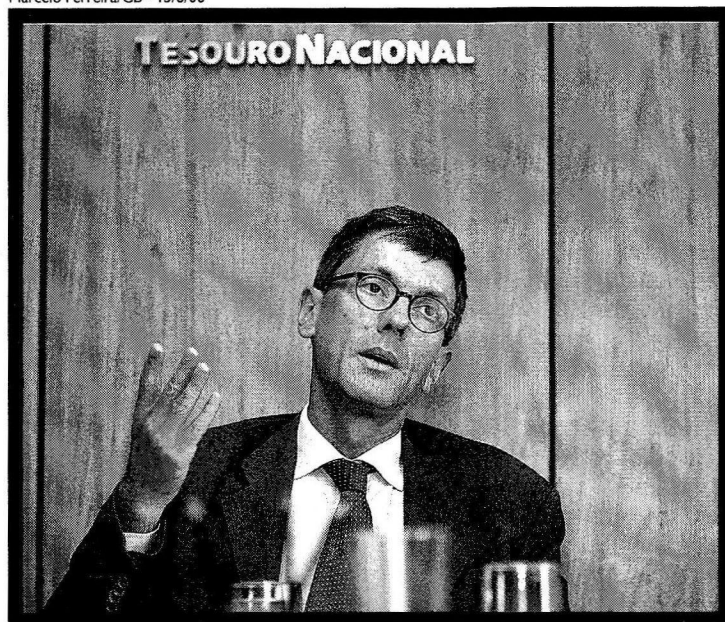
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo cumpriu a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) estabelecida para os oito primeiros meses do ano com uma folga de quase R\$ 5 bilhões. Ainda assim, o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, afirmou ontem que cortes adicionais de gastos podem ser feitos até o final do ano caso as receitas não se comportem da maneira esperada. Anteontem, o governo determinou redução no volume de investimentos em R\$ 1,6 bilhão como resultado da queda na arrecadação e aumento de outros gastos públicos.

Aproveitando o momento da revisão das contas do quarto bimestre, em que determinou o corte, o governo reduziu a sua parcela no esforço fiscal feito pelo conjunto do setor público. Como o resultado das estatais federais deve ser maior do que o esperado, o Tesouro ficará livre para gastar um pouco mais. A previsão de superávit das empresas da União passou de 0,80% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0,85%. Na mesma proporção, a estimativa para o Tesouro caiu de 2,45% do PIB para 2,40%.

A diminuição da parcela do governo no superávit, aliada a uma expectativa de crescimento do PIB menor, vai permitir retirar do esforço fiscal R\$ 1,395 bilhão. Mas é pouco provável que o governo gaste esse dinheiro. A hipótese mais concreta é que seja preciso fazer novos cortes, como Ka-

Marcelo Ferreira/CB - 15/8/06



KAWALL: SE HOVER NECESSIDADE DE FAZER NOVOS AJUSTES, ISSO SERÁ FEITO

wall indicou. As contas oficiais foram feitas levando em consideração um crescimento econômico de 4% neste ano, mas o resultado deve ficar em 3%, como esperam os analistas de mercado. Em consequência, as receitas serão frustradas.

“O risco não é zero. Vamos ver qual vai ser o comportamento efetivo do PIB, das receitas e o resultado das estatais. Se houver a necessidade de fazer novos ajustes, isso será feito”, afirmou Kawall. Segundo o secretário, a percepção do risco de descumprimento da meta do setor público, de 4,25% do PIB, aumentou entre os analistas por causa dos números ruins da economia no primeiro semestre. Como a previsão de despesas aumentou em R\$ 2,157 bilhões e a

de receitas caiu R\$ 299,7 milhões, foi preciso fazer o corte.

O superávit do governo foi de R\$ 6,427 bilhões em agosto, o que elevou a economia obtida no acumulado no ano para R\$ 47,879 bilhões (3,59% do PIB). O volume é R\$ 4,945 bilhões maior do que a meta estabelecida para o período (R\$ 42,934 bilhões). Segundo Kawall, essa folga é necessária para que o governo tenha uma “margem de manobra” na eventualidade de alguma emergência acontecer nos últimos meses do ano. “É normal fazer uma reserva porque a gente não sabe o que vem pela frente.”

Em geral, as “gorduras” são queimadas nos últimos meses, quando as despesas com pessoal aumentam por causa do paga-

mento do 13º salário. O secretário fez questão de reafirmar o compromisso do governo em cumprir a meta. A situação, porém, é bem pior do que a dos anos anteriores. Até agosto, as despesas cresceram 13,9%, enquanto as receitas subiram num ritmo menor (11,7%). No mesmo período em 2004, as receitas cresceram 17,1% e os gastos, 16,1%. O próprio Kawall já admitiu que um desequilíbrio como esse não é sustentável por muito tempo.

As despesas totais do Tesouro passaram de R\$ 123,537 bilhões no acumulado no ano passado para R\$ 141,040 bilhões, num acréscimo de R\$ 17,503 bilhões. O aumento foi de 0,68% do PIB. A folha de pagamentos dos servidores cresceu 0,20% do PIB e as despesas de custeio e de investimentos, 0,48% do PIB. Até agora, o governo investiu R\$ 6,365 bilhões, volume 36,6% superior aos R\$ 4,659 bilhões do mesmo período em 2005. Dificilmente os investimentos vão chegar ao limite autorizado de R\$ 14,679 bilhões no ano.

O bom desempenho de agosto foi determinado pelo recolhimento de dividendos do Banco do Brasil (R\$ 1,1 bilhão) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 1,8 bilhão. No ano, o resultado do Tesouro já aumentou R\$ 6,270 bilhões por causa dos dividendos de estatais do setor financeiro. No consolidado das contas da União, porém, é preciso abater R\$ 5,213 bilhões de dividendos distribuídos aos acionistas privados de empresas não-financeiras. O resultado líquido é de R\$ 1,057 bilhão.